

Termo de Referência 61/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
61/2023	320004-MME-CGC-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/DF	AIRTON OLIVEIRA LIMA	31/10/2023 12:15 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda;	10/2022	48340.003452/2023-13

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para fornecimento de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel comum), em lote único, por demanda, por meio de posto credenciado na Agencia Nacional de Petróleo - ANP, para atender o abastecimento da frota de veículos oficiais e do grupo gerador de energia do Bloco "U", da Esplanada dos Ministérios, sede do Ministério de Minas e Energia - MME, em Brasília - DF.

Grupo	Item	Catmat	Descrição	Unidade de Medida	Percentual mínimo de desconto	Quantidade Estimada/36 meses	Preço Médio por Litro	Valor Total
Único	1	461506	Gasolina Comum	Litro	1,85%	30.000	5,75	172.500,00
	2	461552	Diesel Comum	Litro	1,85%	12.000	6,19	74.280,00
Valor Total de Referência para 36 meses								246.780,00

1.2. Os serviços/bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **36 (trinta e seis) meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Os serviços configuram-se como **Serviços de natureza contínua**, haja vista que são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições, que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva se estender por mais de um exercício financeiro, portanto são serviços caracterizados como permanentes, ininterruptos e essenciais a Instituição.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 37115383000153-0-000001/2023

II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023

III) Id do item no PCA: 56/2022 e 57/2022

IV) Classe/Grupo: 9140 - Óleos Combustíveis

V) Identificador da Futura Contratação: 320004/000010/2022

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. O Objeto deste Termo de Referência se enquadra nos termos do Art. 20 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, é caracterizado como **comum**, haja vista que os seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais e são facilmente encontráveis no mercado.

3.2. A prestação dos serviços de fornecimento de combustíveis não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.3. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **Sustentabilidade:**

4.2. Devido à natureza dos produtos armazenados, derivados de petróleo, configura-se como empreendimento potencialmente poluidor e gerador de acidentes ambientais, além de que, apresenta riscos de incêndio e explosões decorrentes de vazamentos, sendo os possíveis impactos ambientais mitigados pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, por intermédio de suas normatizações e fiscalizações.

4.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos contidos no item 6 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

I - bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

#### **Subcontratação**

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos , artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 pelas razões abaixo justificadas:

4.5.1 O objeto contratado é sob demanda, não existindo a obrigatoriedade da utilização total do contrato.

4.5.2 Não foram identificadas, no Mapa de Riscos, ações preventivas ou de contingência que pudessem ser sanadas com a utilização da garantia contratual.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O fornecimento de combustíveis será feito **sob demanda**, de acordo com a necessidade do Ministério de Minas e Energia - MME, conforme estimativa constante da tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

5.2. Os combustíveis serão entregues diretamente, quando do abastecimento dos veículos e/ou retirados mediante recipientes adequados para este fim, diretamente nas bombas de combustíveis situadas no estabelecimento do fornecedor contratado, de acordo com as necessidades, a partir de Requisição de Fornecimento emitidas pelo Contratante.

5.3. Os agentes responsáveis pela expedição das Requisições de Abastecimento, bem como pela condução/abastecimento dos veículos deverão ser prévia e formalmente designados pelo MME junto à Contratada, para que sejam cadastradas em sistema informatizado, que também deverão assinar o cupom fiscal de abastecimento (ou outro documento hábil que venha a substituí-lo), objeto da respectiva Requisição de Abastecimento.

5.3.1. O recebimento do combustível para abastecimento do veículo se dará nos Postos da Contratada, mediante apresentação do formulário de Requisição de Abastecimento, em duas vias, devidamente assinadas pelo Fiscal do Contrato, pelo condutor do veículo e a assinatura do frentista, sendo que esses dois últimos assinarão quando do abastecimento pelo frentista e devidamente conferido pelo condutor do veículo responsável, conforme modelo disposto em anexo.

5.3.2. Na hora do abastecimento do veículo, deverá ser registrada a data, hora, tipo de combustível, volume em litros abastecidos, valor total em R\$ e hodômetro (quilometragem atual) do veículo;

5.4. O sistema de gerenciamento eletrônico dos postos de abastecimento deverá possuir requisitos mínimos para emitir a cada operação e por geração automática eletrônica, o comprovante de abastecimento, no qual deverão constar:

5.4.1. Data de abastecimento do veículo;

5.4.2. Placa do veículo;

5.4.3. Motorista/abastecedor, pelo nome e/ou CPF;

5.4.4. Volume em de litros e tipo de combustível abastecido;

5.4.5. Valores por litro e total de combustível de abastecimento;

5.4.6. Hodômetro do veículo no momento de seu abastecimento;

5.5. Os combustíveis objetos deste Termo de Referência deverão atender às especificações técnicas exigidas pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, conforme legislação em vigor.

5.6. O posto revendedor é obrigado a realizar análises dos produtos em comercialização sempre que solicitadas pelo consumidor. Para isto, o posto revendedor deve manter disponíveis os materiais necessários à realização das análises (Resolução ANP nº 9, de 07/03/2007, Art. 8º);

5.6.1. O combustível será recusado no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição ou presença de outras substâncias, em percentuais além dos autorizados em sua composição;

5.6.2. O combustível recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado a partir do recebimento pela Contratada da formalização da recusa pela Contratante, arcando a Contratada com os custos dessa operação, inclusive os de reparação.

5.7. Ficará sobre a inteira responsabilidade da Contratada a garantia da qualidade dos combustíveis entregues, devendo arcar com qualquer prejuízo à Contratante decorrente de sua utilização, sob pena das sanções cabíveis.

5.8. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.8.1. A frota de veículos deste Ministério de Minas e Energia é composta pelos veículos discriminados abaixo:

Item	Marca	Modelo	Placa	Tipo Combustível
1	Renault	Fluence	OVT-2165	Gasolina
2	Renault	Fluence	PAE-1064	Gasolina
3	Toyota	Corolla Híbrido	RET-5G06	Gasolina
4	Toyota	Corolla Híbrido	RET-5G94	Gasolina
5	Mitsubishi	Outlander (Blindado)	RED-5I26	Gasolina
6	Fiat	Ducato - Mini Bus	JFP-0776	Óleo Diesel

5.8.2. Durante a execução do contrato poderão ser incluídos novos veículos ou excluídos nos listados na relação constante deste instrumento.

5.8.2. O Grupo Gerador de Energia de Emergência é constituído de 2(dois) conjuntos, gerador/motor diesel, com tanques com volume de 200 litros, cada.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ( [Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ( [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ( [Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ( [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ( [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ( [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ( [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#) ).

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ( [Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ( [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ( [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ( [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

#### Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 1(um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

#### Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.9.1. o prazo de validade;
- 7.9.2. a data da emissão;
- 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.9.5. o valor a pagar; e
- 7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice - Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### Cessão de crédito

7.23. Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo "**maior percentual de desconto ofertado pela licitante sobre o valor do Preço Médio Semanal ao consumidor estabelecido pela ANPP - Agência Nacional do Petróleo, em Brasília - Distrito Federal**", para os itens 01 e 02 constantes no subitem 1.1 deste Termo de Referência;

8.1.1. Caso a ANP não divulgue o Preço Médio Semanal, praticado em Brasília-DF, temporariamente ou definitivamente, será utilizado o Preço Médio Semanal divulgado pela ANP para a cidade mais próxima, para incidência do respectivo percentual de desconto.

8.1.2. Em sendo restabelecida a divulgação do Preço Médio Semanal, praticado em Brasília-DF deverá ser levado em consideração este Preço Médio Semanal para incidência do percentual de desconto.

8.1.3. O percentual de desconto deverá ser mantido durante todo o tempo de vigência do contrato, salvo, se contratada oferecer um percentual de desconto maior do que o inicialmente contratado.

8.1.4. Serão mantidas duas casas decimais, sendo que em caso de arredondamento, quando da multiplicação do valor unitário pelo percentual de desconto serão arredondadas para cima caso a terceira casa decimal seja igual ou maior que 5 (cinco).

8.1.5. O Preço Médio Semanal é regulamentado através de portaria da ANP - Agência Nacional do Petróleo e será extraída do sítio [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br) e <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>

8.1.6. Caso o preço constante na bomba de combustível do fornecedor apresente-se com **valor menor** do que aquele apurado nas condições definidas neste Termo de Referência, deverá prevalecer, quando do faturamento, o menor preço constante na bomba de combustível.

#### Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.20.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.20.2. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.20.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.20.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.20.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.21. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### Qualificação Técnica

8.22. Apresentação de **Atestados Técnicos Operacionais** fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a licitante tenha prestado serviços, pertinentes e compatíveis em características, com o objeto deste Termo de Referência, nos quais estejam presentes as seguintes relevâncias:

8.22.1. **Prestação dos serviços por 1(um) ano**, sendo admitida para fins de comprovação deste prazo, a apresentação do somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.22.2. **Fornecimento de percentual mínimo de 30% da quantidade a ser contratada**, sendo admitido para fins de comprovação deste quantitativo, a apresentação do somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.22.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filiar do fornecedor.

8.22.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando for solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado, dentre outros documentos.

8.22.5. Prova de atendimentos aos requisitos:

a) Cadastro na ANP - Agência Nacional do Petróleo;

b) Licença Ambiental de Instalação e Funcionamento;

c) Apresentação da geo-localização do posto de combustível, demonstrando estar situado numa distância aproximada de 10 (dez) km da sede do Órgão, permitindo-se variação de mais ou menos 10%.

8.23. Não será admitida a participação de cooperativas, conforme justificativa constante dos Estudos Técnicos Preliminares

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 246.780,00

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**Valor R\$ 246.780,00 (duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e oitenta reais)**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 246.780,00 (duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e oitenta reais), conforme custos unitários constantes no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 320004/00001;

II) Fonte de Recursos:

III) Programa de Trabalho:

IV) Elemento de Despesa:

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: ...

**AIRTON OLIVEIRA LIMA**

Chefe do Setor de Transportes



*Assinou eletronicamente em 31/10/2023 às 12:15:01.*

**ALVANIR DA SILVA CARVALHO**

Coordenador de Atividades Gerais

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Modelo Requisição -Combustível - Gasolina.doc.pdf (37.05 KB)
- Anexo II - Modelo Requisição -Combustível - Óleo Diesel.doc (1).pdf (35.99 KB)

**Anexo I - Modelo Requisição -Combustível - Gasolina.  
doc.pdf**

<div>MME</div>	SECRETARIA-EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS COAGE-TRANSPORTES	REQUISIÇÃO DE ABASTECIMENTO
		Nº

Esta chefia/fiscalização autoriza abastecer o veículo oficial do MME conforme contrato nº ....., assinado entre o MME e ..... Informa-se que na apresentação da fatura será deduzido .....% no valor do litro acima do preço médio mensal da tabela da ANP. Contrato válido até o dia .....

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO						
NOME DO MOTORISTA	LEITURA DO HODÔMETRO NO ATO DO ABASTECIMENTO	HORÁRIO DO ABASTECIMENTO	VALOR UNITÁRIO POR LITROS	QUANTIDADE DE LITROS	VALOR TOTAL R\$	TIPO DE COMBUSTÍVEL
MODELO/PLACA						<b>GASOLINA COMUM</b>
						ATENÇÃO: Senhor/Senhora, Frentista esta requisição somente é válida com assinaturas do Chefe de Transportes/Fiscal do contrato ou Servidor Autorizado do MME.
Assinatura e Carimbo do Chefe de Transportes/Fiscal de Contrato MME ou Agente Autorizado do mesmo.		Data e Assinatura legível do Motorista do MME.  _____/_____/_____  _____		Data e Assinatura legível do frentista da empresa .....  _____/_____/_____  _____		

SENHOR MOTORISTA: AO RECEBER DO FRENTISTA OU FAZER AS ANOTAÇÕES NAS DUAS VIAS DA REQUISIÇÃO, POR GENTILEZA VERIFIQUE SE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS MESMAS SÃO AQUELAS QUE FORAM REGISTRADAS NA BOMBA DE COMBUSTIVEL NO ATO DO ABASTECIMENTO COM RELAÇÃO AO TIPO DE COMBUSTIVEL, QUANTITATIVO, VALOR POR LITRO E TOTAL EM REAIS E ASSINATURA DO ABASTECEDOR.

-----

<div>MME</div>	SECRETARIA-EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS COAGE-TRANSPORTES	REQUISIÇÃO DE ABASTECIMENTO
		Nº

Esta chefia/fiscalização autoriza abastecer o veículo oficial do MME conforme contrato nº ....., assinado entre o MME e ..... Informa-se que na apresentação da fatura será deduzido .....% no valor do litro acima do preço médio mensal da tabela da ANP. Contrato válido até o dia .....	
---	--

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO						
NOME DO MOTORISTA	LEITURA DO HODÔMETRO NO ATO DO ABASTECIMENTO	HORÁRIO DO ABASTECIMENTO	VALOR UNITÁRIO POR LITROS	QUANTIDADE DE LITROS	VALOR TOTAL R\$	TIPO DE COMBUSTÍVEL
MODELO/PLACA						<b>GASOLINA COMUM</b>
						ATENÇÃO: Senhor/Senhora, Frentista esta requisição somente é válida com assinaturas do Chefe de Transportes/Fiscal do contrato ou Servidor Autorizado do MME.
Assinatura e Carimbo do Chefe de Transportes/Fiscal de Contrato MME ou Agente Autorizado do mesmo.		Data e Assinatura legível do Motorista do MME.  _____/_____/_____  _____		Data e Assinatura legível do frentista da empresa .....  _____/_____/_____  _____		

SENHOR MOTORISTA: AO RECEBER DO FRENTISTA OU FAZER AS ANOTAÇÕES NAS DUAS VIAS DA REQUISIÇÃO, POR GENTILEZA VERIFIQUE SE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS MESMAS SÃO AQUELAS QUE FORAM REGISTRADAS NA BOMBA DE COMBUSTIVEL NO ATO DO ABASTECIMENTO COM RELAÇÃO AO TIPO DE COMBUSTIVEL, QUANTITATIVO, VALOR POR LITRO E TOTAL EM REAIS E ASSINATURA DO ABASTECEDOR.

**Anexo II - Modelo Requisição -Combustível - Óleo  
Diesel.doc (1).pdf**



<b>MME</b>	SECRETARIA-EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS COAGE-TRANSPORTES	<b>REQUISIÇÃO DE ABASTECIMENTO</b>
		<b>Nº</b>

Esta chefia/fiscalização autoriza abastecer o veículo oficial do MME conforme contrato nº....., assinado entre o MME e ..... cuja informo na que apresentação da fatura será deduzido .....% no valor do litro acima do preço médio mensal da tabela da ANP. Contrato válido até o dia .....

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO						
NOME DO MOTORISTA	LEITURA DO HODÔMETRO NO ATO DO ABASTECIMENTO	HORÁRIO DO ABASTECIMENTO	VALOR UNITÁRIO POR LITROS	QUANTIDADE DE LITROS	VALOR TOTAL R\$	TIPO DE COMBUSTÍVEL <b>ÓLEO DIESEL COMUM</b>
MODELO/PLACA						ATENÇÃO: Senhor/Senhora, Frentista esta requisição somente é válida com assinaturas do Chefe de Transportes/Fiscal de contrato ou Servidor Autorizado do MME.
Assinatura e Carimbo do Chefe De Transportes/Fiscal de Contrato MME ou Agente Autorizado do mesmo.		Data e Assinatura legível do Motorista do MME.  _____/_____/_____  _____		Data e Assinatura legível do frentista da empresa .....  _____/_____/_____  _____		

SENHOR MOTORISTA: AO RECEBER DO FRENTISTA OU FAZER AS ANOTAÇÕES NAS DUAS VIAS DA REQUISIÇÃO, POR GENTILEZA VERIFIQUE SE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS MESMAS SÃO AQUELAS QUE FORAM REGISTRADAS NA BOMBA DE COMBUSTIVEL NO ATO DO ABASTECIMENTO COM RELAÇÃO AO TIPO DE COMBUSTIVEL, QUANTITATIVO, VALOR POR LITRO E TOTAL EM REAIS E ASSINATURA DO ABASTECEDOR.

-----

<b>MME</b>	SECRETARIA-EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS COORDENAÇÃO DE ATIVIDADES GERAIS COAGE-TRANSPORTES	<b>REQUISIÇÃO DE ABASTECIMENTO</b>
		<b>Nº</b>

Esta chefia/fiscalização autoriza abastecer o veículo oficial do MME conforme contrato nº ..... assinado entre o MME e ..... cuja informo na que apresentação da fatura será deduzido ..... no valor do litro acima do preço médio mensal da tabela da ANP. Contrato válido até o dia .....

PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO						
NOME DO MOTORISTA	LEITURA DO HODÔMETRO NO ATO DO ABASTECIMENTO	HORÁRIO DO ABASTECIMENTO	VALOR UNITÁRIO POR LITROS	QUANTIDADE DE LITROS	VALOR TOTAL R\$	TIPO DE COMBUSTÍVEL <b>ÓLEO DIESEL COMUM</b>
MODELO/PLACA						ATENÇÃO: Senhor/Senhora, Frentista esta requisição somente é válida com assinaturas do Chefe de Transportes/Fiscal de contrato ou Servidor Autorizado do MME.
Assinatura e Carimbo do Chefe de Transportes /Fiscal de Contrato MME ou Agente Autorizado do mesmo.		Data e Assinatura legível do Motorista do MME.  _____/_____/_____  _____		Data e Assinatura legível do frentista da empresa .....  _____/_____/_____  _____		

SENHOR MOTORISTA: AO RECEBER DO FRENTISTA OU FAZER AS ANOTAÇÕES NAS DUAS VIAS DA REQUISIÇÃO, POR GENTILEZA VERIFIQUE SE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS MESMAS SÃO AQUELAS QUE FORAM REGISTRADAS NA BOMBA DE COMBUSTIVEL NO ATO DO ABASTECIMENTO COM RELAÇÃO AO TIPO DE COMBUSTIVEL, QUANTITATIVO, VALOR POR LITRO E TOTAL EM REAIS E ASSINATURA DO ABASTECEDOR.